

as principais questões do sabor

Barragem pode não ser feita Ambientalistas querem novo parque natural

EM FOZ COA, o Governo acabou com a barragem em nome da salvaguarda das gravuras rupestres e, em alternativa, criou um parque arqueológico, que é hoje Património da Humanidade. No caso do Baixo Sabor, justificar-se-ia que, em vez da barragem, fosse criado um parque natural, já que, neste caso, os valores ameaçados são de natureza ambiental? Será que aquele vale tem assim tanta importância para a conservação que merecesse ser classificado como área protegida?

O actual presidente do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Carlos Guerra, quando ainda dirigia o Parque Natural de Montesinho, era da opinião de que, pela sua riqueza ecológica, o vale do Sabor merecia ser uma área protegida. Hoje, dada a fase em que o processo da barragem se encontra, Carlos Guerra recusa-se a falar sobre o assunto.

Já Carlos Aguiar, botânico, docente no Instituto Politécnico de Bragança e membro da associação ambientalista Quercus, diz apoiar "a 100 por cento a criação de um parque natural no Sabor, mas não com uma dimensão semelhante à

"S... adepto de um
pu... e restringido
às áreas mais
importantes
para a conservação.
Para mim, só se
justifica proteger
o troço do vale
desde o Baixo Sabor
até à foz do rio
Maças. É ali que
está o seu sumo",
diz Carlos Aguiar,
da Quercus.

do Douro Internacional". "Sou adepto de um parque restringido às áreas mais importantes para a conservação. Para mim, só se justifica proteger o troço do vale desde o Baixo Sabor até à foz do rio Maças. É ali que está o seu sumo", diz.

Helena Freitas, presidente da Liga para a Protecção da Natureza, também encara a possibilidade da criação de um parque natural no Sabor "como uma iniciativa interessante". "Do ponto de vista ambiental e natural, não tenha dúvidas nenhuma de que o Sabor tem valor para isso. Mas é importante que seja financiado da mesma forma que o Parque Arqueológico do Cão, de modo a ser perceptível pelas populações que o parque natural é importante para elas", sustenta.

Por seu lado, Aires Ferreira, presidente da Câmara de Moncorvo com o mandato suspenso, nem sequer equaciona a hipótese de o Governo criar um parque natural no Sabor em "a barragem". "Não acredito nessa possibilidade. Ao contrário do Cão, em que havia uma opção, aqui a escolha é entre tudo [a barragem] ou nada", afirma.

O autarca lembra as várias tentativas que a Câmara de Moncorvo fez na última década e meia, sem sucesso, para classificar a mata do Reboredo e o Baixo Sabor, a última das quais durante a criação do Parque Natural do Douro Internacional, que Aires Ferreira queria ver estendido ao Sabor. "Disseram-me sempre que não tinham interesse", recorda.

Aires Ferreira frisa que o Ministério do Ambiente "já tem responsabilidades especiais sobre 20 por cento do território nacional", pelo que não acredita que possa criar mais um parque natural. Para o autarca, o Sabor só tem possibilidades de ser protegido, como parque regional, "com a construção da barragem". "A partir da barragem, podemos criar um parque ligando o Sabor ao Reboredo. Seria uma área esplêndida de turismo na natureza", defende.

O PÚBLICO tentou ouvir o ministro do Ambiente, José Sócrates, mas a sua assessora, Ana Margarida Valada, respondeu que, "nesta altura, é prematuro falar no assunto". ■ P.C.

Ambiente

O valor ambiental e natural do Sabor é inquestionável. No próprio Estudo de Impacte Ambiental (EIA) é reconhecido que "a zona em estudo constitui uma área de características peculiares e mesmo únicas no contexto nacional". O que torna o Sabor singular é a variedade de habitats e de espécies de flora, fauna e vegetação que possui. O troço superior do rio já integra a Rede Natura 2000, com a designação de "Rios Sabor e Maças, e a área para onde está projectada a barragem já está classificada como Zona de Protecção Especial, pelo que, à luz deste estatuto, o Baixo Sabor integra também aquela rede de santuários naturais de interesse comunitário. Apesar de o EIA concluir pela inexistência de impactos ambientais significativos, a barragem vai afectar directa ou indirectamente 17 habitats naturais de interesse comunitário que integram o anexo I da Directiva Habitats, quatro dos quais são considerados prioritários, e influir negativamente sobre cinco espécies de aves de interesse comunitário cuja conservação requer a designação de zonas de protecção especial. Uma dessas aves, a águia de Bonelli, é prioritária. Acresce que o Baixo Sabor conserva também algumas espécies de plantas que não constam dos anexos das directivas comunitárias mas que, em termos nacionais, dada a sua raridade no país, assumem uma importância extraordinária. É o caso do buxo, uma espécie que, no seu porte arbóreo, quase só existe no Sabor. Cerca de 70 a 75 por cento da população de buxo irá ficar debaixo de água.

Património

Para além de submergir importantes manchas de terrenos agrícolas, o empreendimento destruirá cerca de 200 valores de interesse etnográfico (moinhos, colmeias, construções rurais), histó-

rico (pontes, capelas, santuários) e arqueológico (vários vestígios pré-históricos). O Santuário de Santa Antão da Barca (Alfândega da Fé) e as pontes da Portela e de Remondes (imóvel do século XVII) são alguns dos bens que vão desaparecer. Debaixo de água irá ficar também Cilhade, um pequeno povoado situado a cerca de cinco quilómetros de Felgar (ler texto ao lado), já desabitado, e onde, sobretudo no Verão, os habitantes daquela aldeia passam os fins-de-semana.

Turismo

A construção de uma barragem traz sempre associada a esperança de um grande desenvolvimento turístico. Mas, em Trás-os-Montes, a experiência tem demonstrado o contrário. As barragens do Alto Rabagão ou do Pocinho, onde desagua o Sabor, são dois bons exemplos. Num caso e noutro, o sonho do desenvolvimento durou apenas o tempo de construção da barragem. O Pocinho, então, é uma terra perdida, que vai sobrevivendo apenas graças ao comboio. A albufeira do Azibo, em Macedo de Cavaleiros, é a excepção, mas este é um caso especial: a barragem criou um regofo com várias ilhas e o nível da água, quase só para abastecimento domiciliário, não sofre grandes variações ao longo do ano, o que permite a sua fruição como zona balnear. No caso da barragem do Sabor, isso não irá ser possível. Para além da cota da albufeira ser muito elevada — o paredão irá ter mais de 100 metros de altura —, o nível da água vai variar muito, sobretudo no Verão. As possíveis zonas de banhos serão, pois, charcos de lodo. Os barcos de recreio também não terão espaço. A albufeira abrange vários sítios da Rede Natura 2000 e, de acordo com a legislação comunitária, a presença de valores naturais classificados não é compatível com a prática de desportos náuticos. As únicas valências turísticas do es-

pelho de água reduzem-se à fruição visual e à pesca.

Reserva estratégica de água

O mais forte argumento dos defensores da barragem do Baixo Sabor é precisamente a possibilidade de constituir uma reserva estratégica de água, de modo a diminuir a dependência de Portugal face a Espanha. Mas uma reserva para quê? Para abastecimento domiciliário de água? Para utilização agrícola? Ou apenas para produção energética? Ora a barragem do Baixo Sabor não se destina nem a abastecimento de água, nem a regadio. No vale da Vilarça, que podia ser o nabal de Trás-os-Montes, a água é um bem escassíssimo, mas apesar da proximidade do Sabor, o facto de, entre o rio e o vale, se interpor um maciço montanhoso, inviabiliza economicamente o transvase de água. Por saber disso, o Ministério da Agricultura pretende resolver o problema com a construção de duas outras pequenas barragens. Além disso, grande parte dos terrenos que poderiam ser regados vão ser submersos. A barragem também não se destina a abastecimento domiciliário e o acréscimo de água que pode dar ao Douro também não é relevante para esse fim. Apesar de haver cerca de um milhão e meio de pessoas que bebem água do Douro, através da Estação de Tratamento de Lever, o facto de a captação ser feita à superfície da barragem é uma garantia de que nunca faltará água. Mesmo que só cheguem a Crestuma os caudais mínimos acordados com Espanha (cinco mil hectómetros cúbicos), a água disponível será mais do que suficiente, segundo os responsáveis da empresa Águas do Douro e Paiva. E se é verdade, como tem dito o Governo, que o acordo luso-espanhol sobre as bacias partilhadas é um bom acordo para Portugal, então, como sublinha Helena Freitas, da Liga para a Protecção

da Natureza, "não é necessário criar mais nenhuma reserva de água". "Basta só gerir bem os recursos hídricos que dispomos, que são suficientes", diz.

Produção de energia

A função estratégica da barragem do Baixo Sabor reside na possibilidade de fornecer água à cascata de aproveitamentos hidroeléctricos situados a jusante (Valeira, Bagauste, Carrapatelo e Crestuma), permitindo um acréscimo de produtividade da ordem dos 15 por cento. No total nacional, este ganho representa uma parcela pouco significativa e poderá ser compensada com o reforço da produção da barragem do Picote, no Douro. Em termos de redução das emissões de CO2 (dióxido de carbono), o Sabor também não é significativo. Com a energia gerada, o país poderia poupar 100 mil toneladas por ano de emissões de gases poluentes, mas este valor corresponde apenas a 0,67 por cento do total de emissões de CO2 que Portugal tem que reduzir até ao ano 2010.

O dono da obra

O rio Sabor é de todos, mas a barragem, se for construída, fica sob a alçada e exploração da EDP, que é quem vai construir o empreendimento. Acontece que a EDP é cada vez mais um grupo privado. Actualmente, o Estado ainda possui 51 por cento do seu capital, mas já anunciou ir colocar em bolsa, talvez ainda este ano, entre 20 a 25 por cento da sua participação. Ou seja, o grosso dos lucros que a EDP vai obter com a barragem do Sabor, à custa da destruição de um património cultural e natural valioso, não vai entrar nos cofres do Estado português, mas sim nas carteiras de accionistas americanos, ingleses, franceses, espanhóis, árabes, ou até de Indonésios, quem sabe. ■

Pedro Garcias



A barragem vai afectar directa ou indirectamente 17 habitats naturais de interesse comunitário